

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MAIKE JORGE MATOS MENDES

**ADOLESCÊNCIA E CULTURA POLÍTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE ALUNOS
DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS.**

**São Borja
2024**

MAIKE JORGE MATOS MENDES

**ADOLESCÊNCIA E CULTURA POLÍTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE ALUNOS
DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Sociais – Ciência Política
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política

Orientador: Claudio Junior Damin

**SÃO BORJA
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

Mendes, Maíke Jorge Matos
ADOLESCÊNCIA E CULTURA POLÍTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE
SÃO BORJA/RS / Maíke Jorge Matos Mendes
60 p.

MM538a Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA, 2024. "Orientação: Cláudio
Júnior Damin".

1. Cultura Política. 2. Adolescência e Política. 3. Legitimidade Democrática. 4.
Instituições. 5. Democracia. I. Título

MAIKE JORGE MATOS MENDES

ADOLESCÊNCIA E CULTURA POLÍTICA: UM ESTUDO A PARTIR DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DE UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título Bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

Trabalho de conclusão de curso defendida e aprovada em: 18, dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Claudio Júnior Damin

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva

UNIPAMPA

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **CLAUDIO JUNIOR DAMIN, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **LUIS GUSTAVO TEIXEIRA DA SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/12/2024, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1631755** e o código CRC **491B8464**.

Dedico este trabalho (a dedicatória é
opcional).

AGRADECIMIENTO

(A epígrafe é opcional)

RESUMO

A adolescência é um período da vida representado pela inserção do indivíduo enquanto sujeito relativamente autônomo em domínios da ordem socioeconômica e política mais complexos. Nesse processo, a cultura política aparece como elemento central na estruturação dos valores, representações, orientações e comportamentos do adolescente no âmbito da política. Tendo em vista que ela determina como os adolescentes irão se portar frente aos problemas sociais e políticos, é de suma importância entender quais são essas características que eles estão absorvendo, uma vez que isso impacta o próprio sistema político. Dessa forma, o presente estudo tem como propósito explorar a relação entre os adolescentes e a cultura política a partir da perspectiva de alunos do ensino médio do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia, no município de São Borja/RS. Como objetivo geral, o estudo busca identificar os principais elementos que caracterizam a cultura política presente no grupo estudado e quais os impactos que podem representar para a democracia a longo prazo. Para isso, foi realizada, em primeiro lugar, uma revisão bibliográfica, objetivando constatar quais são as variáveis que auxiliam na caracterização da cultura política. A partir disso, com base na metodologia quantitativa, foi desenvolvido um questionário estruturado, com perguntas fechadas, composto pelas variáveis identificadas. Assim, esses elementos fazem parte dos objetivos específicos do presente trabalho de conclusão de curso, que são: avaliar o nível de confiança institucional e interpessoal; mensurar o nível de adesão à democracia por parte dos adolescentes; compreender o modo como os jovens participam/manifestam-se politicamente; avaliar o nível de interesse na política; e entender os mecanismos pelos quais os jovens socializam e se informam sobre política. O questionário aplicado revelou que os adolescentes possuem um alto grau de apatia política, representada por um baixo interesse e participação política, onde as instituições e agentes socializadores parecem não exercer um impacto positivo na formação de uma cultura política participativa. Além disso, os sentimentos e representações da democracia e seus atores revelam uma associação negativa, que se manifesta em uma tendência a desconfiar das instituições democráticas. Nesse sentido, foi identificado um grau elevado de desconfiança em relação aos políticos, aos partidos políticos, ao poder judiciário, às eleições, à TV, às redes sociais e às pessoas em geral. Por fim, destaca-se uma frágil adesão à democracia, na qual há uma tendência significativa de apoio a um regime autoritário, dependendo das circunstâncias. Todos esses elementos indicam um cenário preocupante para a manutenção do regime democrático a longo prazo.

Palavras-Chave: Cultura política; Adolescência; Democracia; Instituições; Socialização.

RESUMEN

La adolescencia es un período de la vida caracterizado por la inserción del individuo como sujeto relativamente autónomo en dominios más complejos de la orden socioeconómica y política. En este proceso, la cultura política emerge como un elemento central en la estructuración de los valores, representaciones, orientaciones y comportamientos del adolescente en el ámbito de la política. Dado que determina cómo los adolescentes se comportarán frente a los problemas sociales y políticos, es de suma importancia entender cuáles son estas características que están absorbiendo, ya que esto impacta el propio sistema político. De este modo, el presente estudio tiene como propósito explorar la relación entre los adolescentes y la cultura política desde la perspectiva de los estudiantes de educación secundaria del Instituto Estatal Padre Francisco Garcia, en el municipio de São Borja/RS. Como objetivo general, el estudio busca identificar los principales elementos que caracterizan la cultura política presente en el grupo estudiado y los impactos que estos podrían representar para la democracia a largo plazo. Para ello, fue hecho, en primer lugar, una revisión bibliográfica, con el objetivo de identificar las variables que ayudan a caracterizar la cultura política. A partir de esto, y basándose en una metodología cuantitativa, se desarrolló un cuestionario estructurado, con preguntas cerradas, compuesto por las variables identificadas. Así, estos elementos forman parte de los objetivos específicos de este trabajo de fin de curso, que son: evaluar el nivel de confianza institucional e interpersonal; medir el nivel de adhesión a la democracia por parte de los adolescentes; comprender cómo los jóvenes participan y se manifiestan políticamente; evaluar el nivel de interés por la política; y entender los mecanismos a través de los cuales los jóvenes se socializan e informan sobre política. El cuestionario aplicado reveló que los adolescentes poseen un alto grado de apatía política, representada por un bajo interés y participación política, donde las instituciones y agentes socializadores parecen no tener un impacto positivo en la formación de una cultura política participativa. Además, los sentimientos y representaciones de la democracia y sus actores revelan una asociación negativa, que se manifiesta en una tendencia a desconfiar de las instituciones democráticas. En este sentido, se identificó un alto grado de desconfianza hacia los políticos, los partidos políticos, el poder judicial, las elecciones, la televisión, las redes sociales y las personas en general. Finalmente, se destaca una débil adhesión a la democracia, con una tendencia significativa de apoyo a un régimen autoritario, dependiendo de las circunstancias. Todos estos elementos indican un panorama preocupante para el mantenimiento del régimen democrático a largo plazo.

Palabras-clave: Cultura política; Adolescencia; Democracia; Instituciones; Socialización.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Interesse por política (%)	29
Gráfico 2 – Sentimento em relação à política.....	30
Gráfico 3 – Concorda ou discorda.....	32
Gráfico 4 – Participação (%)	33
Gráfico 5 – “Com que frequência você conversa sobre assuntos políticos com ...” (%)	34
Gráfico 6 – Principal fonte utilizada para se informar politicamente.....	35
Gráfico 7 – Confiança institucional e interpessoal (%).....	37
Gráfico 8 – Concorda ou discorda (%).....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

n. – número

p. – página

f. – folha

cap. – capítulo

v. – volume

org. – organizador

coord. – coordenador

col. – colaborador

LISTA DE SIGLAS

NUPESAL – Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PANORAMA GERAL DA ADOLESCÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO..	18
3 JUVENTUDE E POLÍTICA: O QUE A BIBLIOGRAFIA NOS DIZ SOBRE O TEMA?	23
4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS: QUEM SÃO OS ADOLESCENTES?	27
5 OS ADOLESCENTES E A CULTURA POLÍTICA: QUAIS SÃO OS RESULTADOS ENCONTRADOS?	29
5.1 A (des) confiança nas instituições e a adesão à democracia.....	36
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS	44
APÊNDICES	50

1 INTRODUÇÃO

O cenário político brasileiro vem passando por mudanças significativas, marcadas por uma intensa polarização política. As jornadas de junho de 2013, o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, o avanço da extrema direita, as reformas feitas pelo governo de Michel Temer, a deterioração das condições de trabalho, a ascensão de Jair Messias Bolsonaro com sua agenda conservadora, reacionária e neoliberal, a pandemia de covid-19, e o retorno do PT ao poder com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 constituem o pano de fundo dessa conjuntura política repleta de incertezas. Esse cenário reflete diretamente na forma como as pessoas percebem, se orientam e participam da política, isto é, na cultura política do país. Enquanto essas crises influenciam a cultura política, esta, por sua vez, determina os rumos e a legitimidade do sistema político do país (Baquero, 2023).

A literatura acadêmica sobre a cultura política tem produzido extensivamente, há mais de 30 anos, estudos aprofundados sobre a crise de legitimidade da democracia representativa e suas instituições no Brasil (Baquero, 2001; Moisés, 2008; Rennó et al., 2011), resultado de uma série de fatores que vão desde a desconfiança/descredito nas instituições democráticas e seus atores, a um sentimento de apatia política, ao legado autoritário, as crises econômicas, políticas e sociais, até a baixa participação política e o conseqüente afastamento da população dos processos decisórios, entre outras razões. A legitimidade de um regime reflete diretamente na manutenção da democracia a longo prazo, um processo que, para ser compreendido passa, em grande parte, pelo entendimento de como as pessoas pensam o sistema político e se veem inseridas dentro dele (Rennó et al., 2011).

A apatia política e a desconfiança em relação às instituições são impactadas diretamente pela crise política, social e econômica enfrentada pelo país, sobretudo em relação à população jovem, que enfrenta dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e não consegue visualizar na política perspectivas de resolução dos seus problemas (Santos, Baquero e Moraes, 2018). Nesse sentido, o presente trabalho irá abordar o conceito de cultura política entre os adolescentes do ensino médio do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia, uma escola pública localizada em uma região periférica do município de São Borja, no Rio Grande do Sul.

A partir de uma investigação bibliográfica sobre o tema, foi identificada uma série de variáveis que indicam tendências a determinados tipos de orientações e comportamentos em relação ao sistema político, ou seja, de caracterização da cultura política. Entre essas variáveis

estão: confiança institucional e interpessoal, apatia política, adesão à democracia, participação político-social, interesse por política, os meios pelos quais se informam politicamente e a socialização política (Moisés e Meneguello, 2006; Baquero e Baquero, 2012; Fuks, 2012; Nazzari, 2003; Morais e Milanezi, 2023; Morais e Benardi, 2021). Tendo em vista que é durante a adolescência que os indivíduos têm um contato mais profundo com o sistema político e as relações sociais que o representam, essas variáveis são elementos centrais nesse processo de estruturação do ser social e político.

A teoria da cultura política, ao assumir a ideia de que o comportamento político dos indivíduos está inserido em um processo de construção social carregado de valores, normas e crenças — que perpassam e influenciam o modo de ver e agir sobre a política — (Nazzari, 2003) provoca o debate sobre como grupos sociais possuem culturas políticas distintas. O modo como se caracteriza essa cultura pode indicar maiores ou menores dificuldades do ponto de vista da legitimidade e consolidação do regime democrático a longo prazo. Com base nessa questão, o estudo se propõe a responder ao seguinte problema de pesquisa: quais são as orientações e atitudes políticas dos adolescentes do ensino médio em relação ao sistema político e como isso pode impactar a estabilidade e a legitimidade da democracia?

Pensando em explorar esse problema, o estudo estabelece como objetivo geral compreender como os adolescentes percebem a política e suas atitudes em relação ao sistema político, bem como qual o impacto que essa cultura política representa para a democracia a longo prazo. Para atingir esse propósito, os objetivos específicos foram definidos visando responder a diversas questões que auxiliam no entendimento pleno do problema. Esses objetivos são:

1. Avaliar o nível de confiança institucional e interpessoal;
2. Mensurar o nível de adesão à democracia por parte dos adolescentes;
3. Compreender como os jovens participam/manifesta-se politicamente;
4. Avaliar o nível de interesse na política;
5. Entender os mecanismos pelos quais os jovens socializam e se informam sobre política.

Assim, com base na metodologia quantitativa, a pesquisa terá como foco os alunos do ensino médio do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia e a forma como pensam e se manifestam politicamente. A pesquisa quantitativa, que tem como característica a unicidade na forma de coletar e tratar os dados (Lima, 2017), permitirá que sejam colhidas informações comparáveis sobre a percepção e o comportamento político dos adolescentes.

Partindo de uma perspectiva descritiva, o estudo utilizará a técnica de aplicação de questionários estruturados, com perguntas fechadas, como instrumento de coleta de dados.

O universo da pesquisa, portanto, são os alunos do ensino médio do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia. Esses alunos estão distribuídos em três anos (1º ano, 2º ano e 3º ano) e dois turnos (integral e noturno), totalizando 114 estudantes, descontando os evadidos. Desses, 68 são do turno integral (60%) e 46 do noturno (40%). Além disso, no 1º ano há 52 alunos matriculados (46%), no 2º ano são 40 (35%) e no 3º ano são 22 alunos (19%). Quanto à divisão por gênero, são 41 meninas (36%) e 73 meninos (64%). A partir desses dados, foi construída a amostra, que é um método utilizado para inferir características sobre um determinado universo com base em uma parcela da população (Brito, 2017). A técnica utilizada nesta pesquisa é a de amostragem estratificada, empregada com o objetivo de garantir que os diferentes estratos dentro de uma população sejam representados e suas visões de mundo, mais ou menos diversas, sejam capturadas, minimizando, assim, a homogeneização dos comportamentos (Manzato e Santos, 2012). Da mesma forma, a utilização de testes estatísticos torna possível estipular numericamente a probabilidade de uma conclusão/hipótese estar correta e também calcular a margem de erro associada (Gil, 2008).

Elaborada a partir da calculadora de amostra do site Survey Monkey — uma plataforma digital que permite aos usuários criar pesquisas personalizadas — a amostra ficou definida em 76 questionários, com um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 6 pontos percentuais. Para analisar os dados obtidos, foi utilizado o software livre PSPP, que permite, entre outras funções, o cruzamento dos dados.

O questionário foi construído com base em uma série de variáveis que auxiliarão na identificação de tendências a determinado tipo de comportamento e visão política. Essas variáveis estão divididas em: confiança institucional e interpessoal, apatia política, adesão à democracia, participação político-social, interesse por política, meios de informação política e socialização política. Para cada variável, foi elaborada uma série de perguntas correspondentes, baseadas em alguns questionários desenvolvidos por estudos como os realizados pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pelo Latinobarômetro.

Assim, o presente trabalho está dividido em cinco seções, partindo do mais geral até a análise dos resultados. A primeira sessão terá como propósito explorar o conceito de adolescência, o que ela representa, seus limites, problemáticas e sua importância para os

indivíduos. A segunda, por sua vez, fará uma revisão bibliográfica sobre a relação entre juventude e política. Na terceira parte, inicia-se a apresentação dos primeiros resultados, onde será trabalhado o perfil dos adolescentes entrevistados. A quarta seção discutirá aspectos da cultura política dos estudantes a partir dos resultados obtidos, cruzando-os com os dados do perfil dos adolescentes. A quinta e última seção abordará a problemática central deste estudo: qual é o grau de adesão dos adolescentes ao regime democrático, suas instituições e atores. Dessa forma, o estudo pretende, partindo do mais geral até o mais específico, explorar a relação entre os adolescentes da escola analisada e a política, bem como os impactos que isso pode representar para o sistema político democrático.

2 PANORAMA GERAL DA ADOLESCÊNCIA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Quando se pensa em adolescência, geralmente associa-se esse período da vida a uma fase em que ainda prevalece, de certa forma, a imaturidade (Winnicott, 1975). Assim, é como se o adolescente fosse um indivíduo ainda incompleto, que não atingiu a plenitude de seu desenvolvimento, tanto físico quanto psicossocial. Segundo o “Marco legal: saúde, um direito de adolescentes”, publicado pelo Ministério da Saúde em 2007, a adolescência pode ser definida como “a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial” (pág. 8). Para delimitar ainda mais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define a faixa etária da seguinte forma: “Art. 2.º Considera-se criança, para efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (Lei n.º 8.069, de 13/07/1990).

A definição do Marco legal indica um processo de desenvolvimento biológico, onde transformações corporais, sobretudo hormonais, ocorrem com intensidade. Esse processo de desenvolvimento hormonal está associado ao período da puberdade, que “constitui uma parte da adolescência caracterizada, principalmente, pela aceleração e desaceleração do crescimento físico, mudança da composição corporal, eclosão hormonal e evolução da maturação sexual” (Brasil, 2001, p. 8). A puberdade, portanto, é o ponto central do desenvolvimento biológico do adolescente.

Contudo, a adolescência não se resume apenas às transformações biológicas; essas constituem apenas parte do complexo processo de ser adolescente. Nesse estágio, também se desenvolvem características psicossociais, nas quais o adolescente começa a se inteirar do funcionamento da vida no mundo adulto e das suas complexas relações sociais.

A adolescência representa um momento da vida em que o indivíduo inicia um processo de desenvolvimento da sua autonomia. Assim firmada, “a autonomia possibilita liberdade de ação e de pensamento, traz bem-estar e permite trilhar caminhos (pessoais, relacionais, profissionais) que são próprios e, por isso, recompensadores” (Barbosa e Wagner, 2015, p. 1079).

Dentro desse processo de autonomia, está a inserção do adolescente no mercado de trabalho. Essa introdução pode ocorrer por meio da Lei do Aprendiz — Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que institui o menor aprendiz, compreendido como o adolescente de 14 a 17 anos, apto para trabalhar sob condição de aprendiz, não podendo, em razão do contrato, interromper as atividades escolares — cumprindo carga horária diária de 6 horas. Outra

possibilidade é quando, ao completar 16 anos, o adolescente pode se tornar um empregado convencional, com carga horária diária de 8 horas. Portanto, é nesse período que se iniciam os primeiros contatos com a autonomia, representados, em grande parte, pela interação com o mercado de trabalho.

Dessa forma, observa-se que a autonomia está garantida por lei, através de uma série de processos nos quais o adolescente vai conquistando o direito de participar ativamente da sociedade, como no caso do trabalho, onde o próprio Estado desenvolve políticas públicas para que o jovem possa se inserir nesse universo. Além disso, existe outro processo de grande importância na autonomia do adolescente: o direito ao voto. Segundo o artigo 14, parágrafo 1º da Constituição Federal, o adolescente maior de 16 e menor de 18 anos tem o direito de participar do sufrágio universal através do voto, ainda que para essa faixa etária seja facultativo. Nesse sentido, o adolescente passa a ter o direito de exercer a principal forma de soberania popular, que é o voto nas eleições, tanto municipais quanto nacionais.

É na adolescência que, comumente, se começa a visualizar um mundo politizado, repleto de mecanismos, instituições, instâncias e complexidades que se tornam cada vez mais cotidianas. Quando criança, em geral, somos levados a não entender e refletir sobre o que representam esses processos, ainda que tenhamos contato constante com o mundo político através dos meios de comunicação e, por vezes, do próprio meio familiar. Assim, a transição da infância para a adolescência representa também a passagem para um mundo muito mais complexo.

A sociedade ganha novos significados para o adolescente, e problemas que antes eram apenas percebidos encontram na política sua origem e possível solução. Segundo Castro (2008, p. 254), “esse processo coloca o jovem frente às contradições de sua época e no encalço de outros que possam ajudá-lo a responder às tais questões e a agir frente a elas”.

O desenvolvimento do comportamento do adolescente está intrinsecamente relacionado ao contexto socioeconômico e cultural em que está inserido, pois é a partir dessa conjuntura que ele desenvolve sua percepção social e política. É através do contato com a realidade imposta, sobretudo pelo ambiente familiar e pela escola, que os adolescentes absorvem modos de agir e pensar. Sendo assim, devemos observar a adolescência como um fenômeno heterogêneo, que não segue os mesmos padrões de comportamento; e, dessa maneira, precisa ser compreendida em suas múltiplas formas de ser. De acordo com Belloni (2007, p. 3):

Este processo de aprendizagem varia de acordo com o universo de socialização, que forçosamente é diferente segundo a origem social da criança, definida pela sociedade onde ela vive, pela classe social a que pertence e pelo grupo familiar. Enquanto a

família, a classe social, o bairro e, às vezes, a religião, são fatores de diferenciação das crianças, a escola e a mídia funcionam como fatores de unificação – o objetivo é o consenso ou a coesão social –, difundindo os valores e as normas que se pretende sejam comuns a todos os membros de uma sociedade.

Portanto, diversas instituições formais e informais estão presentes durante todo o processo de socialização da criança e do adolescente, cada uma com um papel específico, seja de diferenciação ou unificação.

O entendimento do que é a adolescência no mundo contemporâneo foi, em grande parte, influenciado pelos estudos da antropologia social, que demonstraram que a adolescência não precisa necessariamente ser um período conturbado e que não deve ser vista como um fenômeno universal, mas sim como uma construção social (Ferreira; Farias; Silveira, 2010). A forma como esse período é compreendido depende do contexto em que essas definições são estabelecidas. O modo como os gregos, romanos e cada sociedade ao longo da história compreendia essa etapa da vida sempre dependia da organização socioeconômica e cultural vigente. Dessa forma, compreender as características da geração que vive a dada conjuntura é fundamental para o entendimento de como a adolescência é construída.

Nessa perspectiva, a adolescência é um entendimento geracional, no qual a compreensão acerca dessa etapa da vida é repassada e alterada conforme o mundo social se transforma. De acordo com a publicação feita pela Secretaria Nacional de Juventude, “Estação Juventude: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude”, sobre o significado de geração:

O conceito de geração remete ao momento histórico em que cada indivíduo se socializa. Cada geração incorpora novos códigos e sentidos ao capital cultural da sociedade em que está inserida. Pertencer a uma ou a outra geração significa acionar diferentes repertórios e dimensões da memória social. (IPEA, 2014, p. 13)

A geração atual de adolescentes está vivenciando um mundo em que as transformações nunca se deram de modo tão acelerado. A globalização, acompanhada do desenvolvimento tecnológico, rompeu as barreiras entre o local e o global em todas as esferas, de forma que as culturas do mundo todo passaram a se interligar e a consumir-se mutuamente através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Por conseguinte, as conjunturas locais passaram a refletir, de modo contínuo, contextos sociais mais amplos (GIDDENS, 2006).

Esse processo de desenvolvimento tecnológico está sendo absorvido de maneira mais acentuada pelos jovens e adolescentes. Uma das características da nossa sociedade

contemporânea é a inserção cada vez mais precoce das novas gerações nas tecnologias digitais. Para Castro, Aquino e Andrade (2009, p. 17):

No âmbito mundial, é a presente geração que experimenta – justamente por ser jovem – mais intensamente as novas maneiras de estar no mundo, vivenciando as novas conexões entre tempo e espaço e a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação. Os múltiplos usos do telefone celular, a socialização na cultura digital, enfim, o acesso – ainda que desigual e diferenciado – à internet fazem parte desta inédita experiência geracional.

O uso frequente das TIC por parte dos jovens pode ser verificado através da pesquisa elaborada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), em 2021, que constatou que cerca de 94% das crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos utilizam a internet. Essa porcentagem chega a 97% entre jovens e adolescentes de 16 a 24 anos.

A forma como as tecnologias digitais se inseriram nas relações sociais, seja no ambiente familiar, no ciclo de amizades ou no trabalho, transformou os hábitos sociais, sobretudo dos adolescentes (Silva, 2016). O contato constante com o mundo virtual alterou o ritmo em que são absorvidas as informações. O horizonte ilimitado de possibilidades que a internet oferece torna-se muito atrativo para os adolescentes, que estão na fase da autodescoberta, aumentando as chances de desenvolver dependência digital. Por conseguinte, temos uma geração de adolescentes que estão se estruturando psicossocialmente, em grande parte, a partir daquilo que consomem na internet.

As redes sociais tornaram-se um ponto de referência para o debate público, funcionando como um espaço de comunicação e diálogo que reproduz muito da cultura política de cada população. Segundo Almond e Verba (1963), cultura política se refere “às orientações e atitudes políticas das pessoas em relação ao sistema político e seus diferentes componentes, assim como às atitudes em relação ao seu papel no sistema” (*apud* BAQUERO, 2010, p. 1). Dessa maneira, a cultura política diz respeito ao modo como as pessoas percebem, se identificam e reagem ao sistema político em que estão inseridas.

As redes sociais apresentam-se, sobretudo para os adolescentes, como um espaço onde as percepções políticas podem ser desenvolvidas e compartilhadas. Atualmente, é praticamente impossível passar um tempo nas redes sociais sem se deparar com posts, manchetes, vídeos e outros conteúdos falando sobre política. As mídias em geral – redes sociais, jornais, televisão, revistas etc. – têm desempenhado um papel cada vez mais significativo na maneira como as pessoas aprendem sobre política e outros conteúdos. Por essa razão, saber por qual meio os

adolescentes estão se informando politicamente é de suma importância para entendermos como pensam e se enxergam na política.

A adolescência, portanto, é um conceito que, embora seja bem delimitado pela lei e pela biologia, torna-se extremamente complexo quando se adentra os âmbitos políticos e psicossociais. Como pode ser observado, existem diversas variáveis que influenciam o modo como os adolescentes pensam sobre a vida, especialmente na esfera política. Assim, esse panorama geral da adolescência e suas problemáticas no mundo contemporâneo contribuirá tanto para a compreensão desse período nas mais diversas áreas do conhecimento quanto para a identificação de variáveis que possam estar influenciando a concepção política dos adolescentes.

3 JUVENTUDE E POLÍTICA: O QUE A BIBLIOGRAFIA NOS DIZ SOBRE O TEMA?

Juventude e política são temas amplamente vinculados em pesquisas acadêmicas, sobretudo no campo da Ciência Política, onde se observa o amplo emprego do conceito de cultura política para explicar as atitudes dos jovens em relação ao sistema político, tanto em termos de ações quanto em relação às representações do imaginário político. Em outras palavras, isso envolve “suas motivações, atitudes, expectativas, tendências e interrogações” (Cunha e Rocha, 2014, p. 41). Assim, o objetivo desta seção é apresentar uma revisão bibliográfica sobre a temática no Brasil, de modo que se possa delinear um quadro geral acerca do assunto, permitindo, posteriormente, explorar suas múltiplas características através da aplicação da pesquisa com adolescentes do ensino médio do Instituto Padre Francisco Garcia.

Ao analisar os estudos elaborados, sobretudo a partir do ano 2000, que versam sobre o tema da juventude e política no Brasil, observa-se uma preocupação em identificar os processos que levam ou não ao engajamento político (Fuks, 2011), a influência dos meios sociais e familiares (Moraes et al., 2006), a apatia política dos jovens em relação a ações convencionais de participação política (Okado et al., 2018), a influência da mídia na cultura política juvenil (Morais, Müller e Santos, 2021), o impacto da condição juvenil nas formas de participação política (Okado e Ribeiro, 2015), a socialização política e o capital social dos jovens brasileiros (Nazzari, 2003), bem como o impacto das redes sociais como agente de socialização política (Moraes e Bernardi, 2021; Baquero e Morais, 2016; Chiodi, 2021), além das novas formas de participação política dos jovens (Baquero e Baquero, 2012), entre outros aspectos que envolvem a temática.

De maneira geral, os estudos têm como ponto de partida o conceito de socialização, buscando explicar as razões de determinadas atitudes em relação ao sistema a partir daquilo que é transmitido em termos de sistemas de valores, modos de vida, crenças, papéis sociais e modelos de comportamento (Belloni, 2007) durante a infância e a adolescência. Assim, a socialização representa a preparação para a inserção em relações sociais mais amplas, cujas normas estão além do meio familiar, estabelecendo-se no domínio público (Castro, 2009). Portanto, esse é um processo que, embora não se desenrole de maneira linear, possui alguns pilares sociais e politicamente estabelecidos que desempenham um papel central no desenvolvimento psicossocial dos indivíduos. Entre os principais, podemos destacar: a família, a escola, as igrejas e as mídias (Belloni, 2007).

A influência dessas agências de socialização ocorre no sentido de nutrir a criança e, posteriormente, o adolescente com os valores e normas da sociedade. É por meio delas que, em geral, ocorre o que é chamado de socialização política, caracterizada pela “(...) preparação do jovem para assumir seu lugar posterior como cidadão, consciente de seus direitos e deveres políticos” (Castro, 2009, p. 479). Essa preparação não ocorre de maneira sistematizada e especializada, mas sim enquanto um processo contínuo e dinâmico, que não possui um padrão universal, dependendo de questões que vão desde o contexto histórico e sociocultural até o ambiente familiar, escolar e o círculo de trabalho, incluindo as mídias, que exercem influência na estruturação das atitudes dos indivíduos (Nazzari, 2003). Da mesma forma, “os padrões de organização social, o grau de estabilidade ou instabilidade econômica e política e eventos marcantes na vida dos indivíduos são fatores que podem afetar a socialização” (González e Chiodi, 2023).

Fuks (2011) demonstrou, a partir dos resultados de um survey aplicado em 2008 com jovens do ensino médio de Belo Horizonte, que a escola, naquele contexto, era a principal fonte de transmissão de conhecimento sobre política. Contudo, segundo o autor, isso se efetivaria apenas em escolas que criam um espaço com maiores perspectivas de acesso à informação. Nesse sentido, ele destaca que as escolas privadas, por possuírem melhores condições materiais, também conseguem ampliar o acesso a informações políticas, o que gera um maior interesse por parte dos jovens em participar da política. Da mesma forma, Zorzi (2023) evidenciou que os jovens pertencentes às massas trabalhadoras geralmente apresentam pouco interesse na política, baixos níveis de confiança na participação política e uma sensação reduzida de competência para enfrentar questões de interesse coletivo em comparação com os jovens provenientes de grupos privilegiados, em grande parte devido à melhor qualidade de ensino nas escolas privadas, “o que implica que os jovens de escolas privadas tendem a ser mais empoderados em relação aos jovens de escolas públicas” (Zorzi, 2023, p. 73).

Ainda que a escola constitua um agente de socialização política de grande influência, a família ainda é considerada o principal agente socializador (Morais e Bernardi, 2021). A pesquisa elaborada por Moraes e Bernardi (2021) sobre a socialização política nas redes familiares e sociais evidenciou, através de um questionário aplicado a jovens do ensino médio em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba, que eles consideram a família como o elemento mais importante na formação da opinião política. O mesmo estudo também mostra que, apesar disso, os jovens não costumam conversar sobre política com os pais, sendo que apenas 23,5% afirmaram discutir o tema em casa. A falta dessa conversa, segundo as autoras, pode estar contribuindo para o afastamento dos jovens em relação à política.

O ambiente familiar tem grande influência na participação política dos jovens quando os pais também são engajados politicamente, não apenas demonstrando interesse pelo assunto, mas participando ativamente (Fuks, 2011). No entanto, Moraes e Bernardi (2021) evidenciaram que o mero interesse político por parte dos pais não se relaciona diretamente com o interesse dos jovens pelo tema. Portanto, “a transmissão intergeracional da participação política depende exclusivamente da participação política dos pais” (Fuks, 2011, p. 161).

Além dos agentes de socialização, ao considerar a participação política dos adolescentes, é necessário refletir sobre a conjuntura sociopolítica atual, resultado de um processo histórico que impacta diretamente a cultura política do país. Baquero (2017) argumenta que a história brasileira foi permeada pelo autoritarismo, o que dificultou a criação de mecanismos pelos quais o povo pudesse participar ativamente. Assim, o autor salienta que, mesmo quando ocorreram mobilizações políticas, como aquelas que levaram ao impeachment do presidente Fernando Collor e, mais recentemente, em 2013, nas jornadas de junho, a apatia e a desconfiança política permaneceram.

Essa desconfiança em relação à política se reflete na descrença nas instituições. Moraes e Milanezi (2023), a partir de dados obtidos por meio de uma pesquisa elaborada pelo Núcleo de Pesquisa da América Latina (NUPESAL) com jovens do ensino médio de escolas públicas e privadas de Curitiba e Florianópolis, nos anos de 2016 e 2022, evidenciaram que os jovens possuem pouquíssima confiança institucional. Em 2022, a confiança institucional dos jovens apresentou os seguintes percentuais em Curitiba e Florianópolis, respectivamente: 0,4% e 0,7% para os partidos políticos; 11% e 8,1% para o Judiciário; 6,7% e 4,4% para o presidente; 3,2% e 4,5% para o governo federal (ministros). Baquero e Baquero (2021) argumentam que os casos de corrupção recorrentes nos governos, juntamente com os impactos resultantes da desigualdade social e política, têm levado os jovens a perderem a confiança na capacidade dos governos de promover avanços na resolução dos problemas do país. Por outro lado, Pase (2011) afirma que o desestímulo à participação política advém da própria constituição territorial, econômica e social do Brasil, que concedeu a uma pequena parcela da população grande poder econômico por meio da concessão de terras durante o período colonial e o início da República Velha. Isso resultou em uma relação política clientelista e coronelista, onde a subserviência a figuras locais influentes estimula a passividade e transforma a política em um meio de obter vantagens individuais.

Essa descrença por parte dos jovens reflete-se diretamente nos níveis de participação política. Moraes e Milanezi (2023, p. 107) observaram, por meio da pesquisa mencionada, que a maioria dos jovens de Curitiba e Florianópolis (2022) acredita que a melhor solução para

resolver os problemas do país é a participação da população nas decisões do governo (61,7% e 65,4%, respectivamente), enquanto pouco mais de um terço dos jovens acredita que a solução seria um líder que colocasse as coisas em ordem (38,3% e 34,4%). Contudo, segundo as autoras, esse dado expõe um elemento contraditório, uma vez que, ao mesmo tempo que os jovens reconhecem a importância da participação, a porcentagem de envolvimento em atividades políticas é extremamente baixa, sendo que as atividades com maior percentual de participação foram as escolares (36,4%), em Florianópolis, e as religiosas (28,7%), em Curitiba. Além disso, a participação em partidos políticos apresentou o menor percentual entre as opções (2,4% e 1,3%), demonstrando que os jovens estão cada vez menos interessados nos meios convencionais de participação política.

Esse desinteresse está alinhado à perda de legitimidade do sistema político, expressa na descrença dos jovens em relação à democracia. De acordo com a pesquisa supracitada de Moraes e Milanezi (2023), mais da metade dos adolescentes entrevistados não tinham certeza de que a democracia é a melhor forma de governo. Além disso, quase metade dos adolescentes acreditavam que um governo não democrático pode resolver os problemas em algumas circunstâncias. Isso demonstra uma perda de legitimidade da democracia, possivelmente devido a uma representação social da política marcada pela corrupção (Brasil et al., 2008) e à falta de respostas efetivas das instituições democráticas frente a esse problema crônico. Baquero e Baquero (2012) afirmam que os escândalos de corrupção e a desigualdade social no país têm frustrado a população em relação à melhoria da qualidade de vida, sobretudo entre os mais jovens, que perderam a esperança de que os governos possam realmente resolver os problemas do Brasil.

4 PERFIL DOS ENTREVISTADOS: QUEM SÃO OS ADOLESCENTES?

Conforme apontado anteriormente, os estudantes entrevistados estão distribuídos em três categorias: turno, gênero e ano. Inicialmente, os dados coletados seriam representativos de cada estrato da população pesquisada. No entanto, ao questionar a direção da escola sobre a evasão escolar, foi constatado que cerca de três alunos do turno integral haviam evadido, além de dezessete do turno noturno que não estavam mais frequentando a escola. Infelizmente, não obtivemos dados referentes ao perfil desses alunos, o que impactou a representação da amostra. Assim, dentre os estratos, apenas o turno está representado dentro do método de amostragem. No entanto, os demais estratos permanecem relevantes e podem indicar diferenças significativas entre o modo de pensar e se orientar em relação à política de um subgrupo para outro.

Dentre os 76 alunos do ensino médio regular entrevistados, 60,5% são do sexo masculino, enquanto 39,5% são do sexo feminino. A mesma porcentagem é encontrada na divisão entre o turno integral e o noturno, respectivamente. Os anos estão distribuídos da seguinte maneira: 1º ano (43%); 2º ano (42%); e 3º ano (15%). Por fim, os alunos entrevistados possuem faixa etária de 15 a 18 anos, com os percentuais configurados da seguinte forma: 15 anos (15,8%); 16 anos (36,8%); 17 anos (36,8%); e 18 anos (10,5%).

Com base nesses dados, podemos fazer cruzamentos tanto entre eles quanto com outras informações coletadas, como, por exemplo, se possuem alguma ocupação, se os responsáveis recebem Bolsa Família ou se algum dos responsáveis possui ensino superior. Alguns desses dados, apesar de não se referirem especificamente ao perfil dos adolescentes, contribuem para a compreensão da condição econômica e familiar deles. Dessa forma, considerando que a adolescência é influenciada por múltiplos fatores, que devem ser abordados em sua pluralidade, é fundamental compreender como esses recortes formam realidades distintas que produzem, também, formas específicas de ver o mundo e a política.

O turno integral é composto por 54% de alunos do sexo masculino e 46% do gênero feminino. O turno noturno, por sua vez, apresenta uma maior concentração de meninos, com 70% contra 30% de meninas. Como destacado anteriormente, a adolescência é marcada pelo desenvolvimento da autonomia, sendo a inserção no mercado de trabalho a principal forma de alcançar essa “emancipação”. Dentre os adolescentes entrevistados, cerca de 23,7% dos entrevistados possuem alguma ocupação, sendo alguns autônomos, outros informais e a grande maioria jovens aprendizes. No entanto, entre esses, 94,4% são do turno noturno, o que indica que a escolha de estudar neste turno está ligada à inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao Bolsa Família, os resultados indicam que boa parte dos alunos do ensino médio tem responsáveis que recebem o benefício (49%). Esse programa de transferência de renda é destinado a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Tendo em vista a localização periférica da escola, esperava-se um número elevado de beneficiários do Bolsa Família. Os alunos do turno integral são os que apresentam a maior proporção de beneficiários, com 59% tendo algum responsável beneficiado pelo programa.

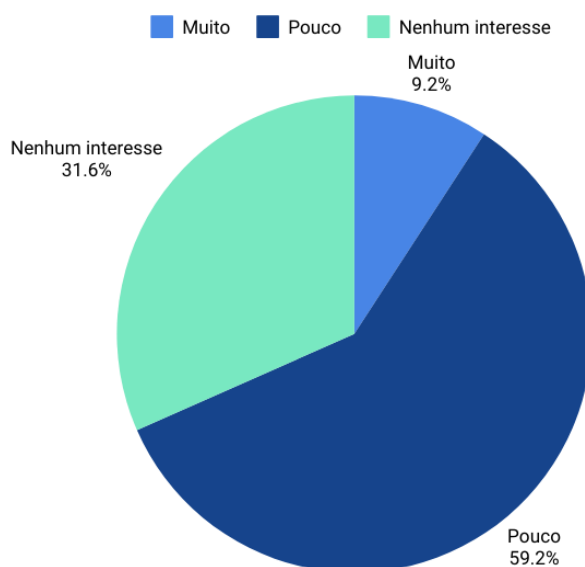
O percentual de alunos cujos responsáveis possuem ensino superior é de 26%, contra 66% que não têm essa formação, e 7,9% que não souberam responder. Ao cruzar esse dado com a variável "Bolsa Família", encontramos um resultado interessante: há uma concentração maior de beneficiários do Bolsa Família entre aqueles responsáveis que não possuem ensino superior (54%). Entre os responsáveis que possuem faculdade, 30% recebem o benefício. Esse fator indica uma relação entre a condição socioeconômica e a formação acadêmica dos responsáveis, e vice versa. A presente pesquisa optou por não explorar mais a fundo as condições socioeconômicas dos alunos nas entrevistas com o questionário, tendo em vista possíveis constrangimentos, ou mesmo desconhecimento dos alunos sobre questões mais específicas do lar.

5 OS ADOLESCENTES E A CULTURA POLÍTICA: QUAIS SÃO OS RESULTADOS ENCONTRADOS?

A cultura política é estruturada e manifestada em uma série de orientações, atitudes e representações acerca da política. Por essa razão, o questionário aplicado foi orientado para captar esses aspectos que atravessam e compõem a cultura política. A partir de uma extensa pesquisa bibliográfica, identificaram-se como principais aspectos de influência na caracterização da cultura política: o interesse pela política, o sentimento em relação ao sistema político, a apatia, a participação política, o posicionamento ideológico, a socialização e a confiança institucional e interpessoal. Assim, o questionário aplicado contém uma série de perguntas voltadas para responder a cada um desses aspectos.

Para avaliarmos a cultura política dos estudantes, partimos da variável grau de interesse pela política, que é um dos mais importantes indicativos, “uma vez que reflete o nível de engajamento e interesse dos jovens no cenário político” (González e Chiodi, 2023, p. 39).

Gráfico 1 - Interesse por política (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

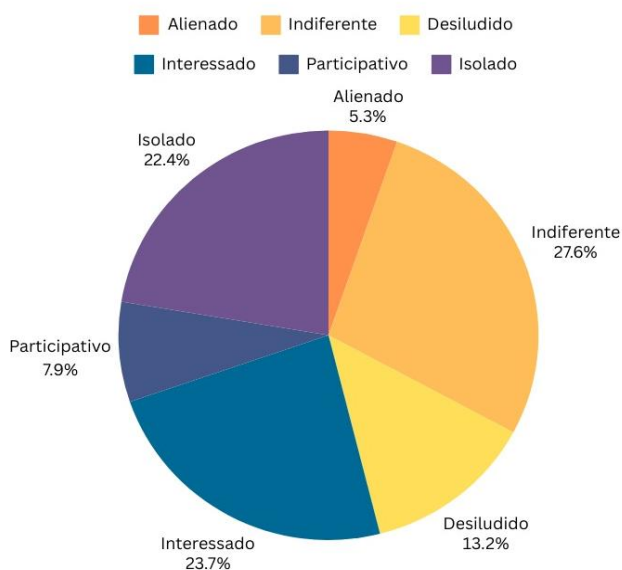
Conforme indica a figura 1, os adolescentes possuem baixíssimo grau de interesse por política, o que é uma tendência verificada em outras pesquisas que utilizaram a base de dados da NUPESAL/UFRGS (González e Chiodi, 2023; Morais e Milanezi, 2023). No entanto, o grau de interesse por política entre os alunos do ensino médio do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia é menor do que nas pesquisas mencionadas, onde o “Muito interesse” está na casa dos 23% e o desinteresse completo em 16,5% (González e Chiodi, 2023), contrastando com os 9,2%

que se dizem muito interessados e os 31,6% que afirmam não ter nenhum interesse por política na escola analisada.

Quando cruzamos esses dados com a variável “Bolsa Família”, não encontramos nenhuma diferença significativa, ao contrário do cruzamento “interesse por política x ensino superior dos responsáveis”, que demonstrou que os alunos cujos responsáveis possuem ensino superior têm 20% de “Muito interesse” e apenas 15% de desinteresse completo, contra 6% e 34% de “muito” e “nenhum interesse”, respectivamente, entre aqueles cujos pais não concluíram a faculdade. Isso aponta para uma possível socialização parental diferenciada entre esses dois grupos. Essa tendência é observada na pesquisa realizada por Fuks (2011), que revelou uma associação entre pais mais escolarizados e o grau de interesse e participação dos filhos, ainda que ele agregue uma série de outros elementos em sua análise, como o grau de elitização da escola e a participação política dos pais. Por fim, o sexo parece não ter grande influência no interesse, sendo que, ao mesmo tempo em que os estudantes do sexo masculino possuem 4% a mais de interesse por política, têm 8% a mais de desinteresse em comparação com as meninas.

Se o grau de interesse por política possui grande relevância para a compreensão da cultura política, o sentimento que os estudantes têm em relação à política indica possíveis razões pelas quais não possuem interesse. Dessa forma, o questionário apresentou uma série de opções de sentimentos que os alunos poderiam sentir em relação à política.

Gráfico 2 - Sentimento em relação à política.



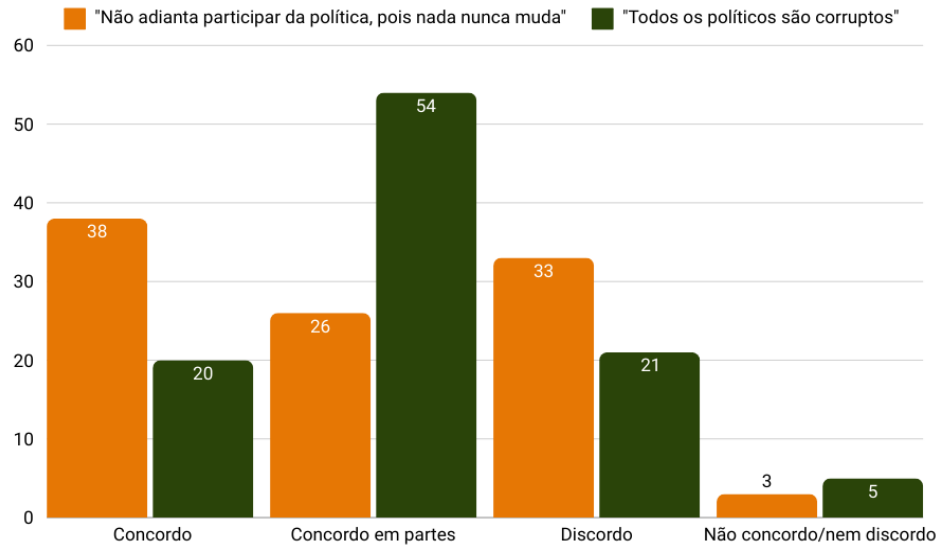
Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

Como podemos observar, a maior parte dos alunos possui sentimentos negativos em relação à política, sendo a indiferença a que apresenta o maior percentual, com 27,6%. Por outro lado, o grau de alunos que se demonstraram interessados em relação à política é significativo (23,7%). Assim, se dividirmos os sentimentos em negativos e positivos, temos 68,4% de estudantes com sentimentos negativos em relação à política e 31,6% com sentimentos positivos (participativo e interessado). Esses resultados apontam para um alto nível de aversão e afastamento da política entre os adolescentes. González e Chiodi (2023), por meio da pesquisa supracitada, encontraram níveis mais baixos de sentimentos negativos acerca da política (42%) e níveis mais ou menos equiparados de sentimentos positivos (27,2%).

O nível de interesse em política exerce influência nos sentimentos em relação à política quando os dados são cruzados. Entre todos os adolescentes que indicaram ter sentimentos negativos em relação à política, nenhum disse ter muito interesse, e 42,3% responderam ter nenhum interesse por política. Por sua vez, os que disseram ter sentimentos positivos em relação à política (participativo, interessado) indicaram ter maior interesse, com 29,2% demonstrando muito interesse e apenas 8,2% afirmando não ter nenhum interesse por política. Outro cruzamento interessante é a relação entre os pais possuírem faculdade e o sentimento em relação à política. Os alunos cujos responsáveis possuem ensino superior têm mais sentimentos positivos em relação à política (45%) em comparação com os que não possuem (28%). Esse resultado corrobora para a hipótese de uma possível socialização parental que impacta no nível de interesse e nos sentimentos em relação à política, conforme indicado anteriormente.

Outra variável que contribui para a configuração da cultura política debatida até agora é a apatia política. Com os dados levantados até o presente momento, já podemos inferir que os adolescentes, em sua maioria, não possuem interesse e nem nutrem sentimentos positivos em relação à política, o que já é um forte indicativo de apatia. Assim, para dar mais consistência à hipótese, consideramos a variável de representação da participação política e dos políticos.

Gráfico 3 - Concorda ou discorda (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

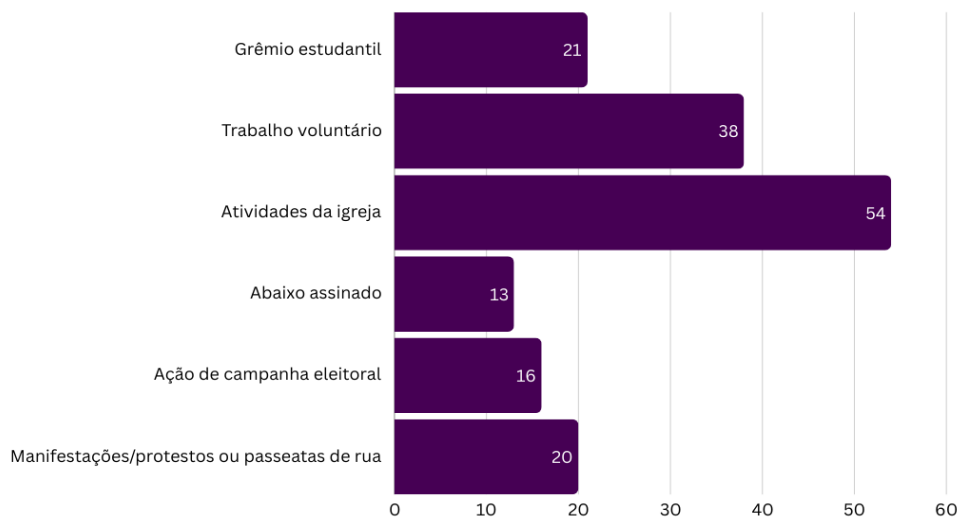
Dessa forma, como podemos observar, 64% dos entrevistados disseram ter alguma concordância com a afirmação de que não adianta participar da política, enquanto 33% discordam e 3% não possuem uma opinião formada (não concordam/nem discordam). O grau de concordância é superior aos 53,5% encontrados entre os jovens do ensino médio de Porto Alegre em 2019, segundo a pesquisa realizada por González, Morais e Benardi (2020). Apesar do alto grau de concordância, um terço discorda, o que demonstra que uma parcela significativa ainda acredita que participar da política pode produzir mudanças em nossa sociedade. Essa parcela está concentrada, sobretudo, naqueles que demonstraram sentimentos positivos em relação à política, dos quais 50% discordam dessa afirmação, em contraposição aos 25% que discordam entre os que possuem sentimentos negativos.

Em relação à representação de que todos os políticos são corruptos, há um grau de concordância ainda maior, com 74% indicando concordar em algum nível. Essa visão reforça uma crise de representatividade, onde os políticos eleitos são vistos como corruptos, o que contribui para a perda da confiança neles e da legitimidade de suas posições, conforme veremos mais adiante.

Se a variável anterior já versa em certo nível sobre a crença na participação dos estudantes do ensino médio, veremos agora o quanto essa descrença pode estar influenciando a participação política e social dos estudantes. Foram disponibilizadas uma série de opções de participação, nas quais o estudante poderia indicar se participa/participou ou não. Entre aquelas

que tiveram maior percentual de participação, destacam-se as que envolvem atividades religiosas e sociais, como as atividades de igreja e o trabalho voluntário.

Gráfico 4 - Participação (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

Mais da metade dos entrevistados participou de atividades de igreja, e mais de um terço participa ou já participou de trabalhos voluntários. O grau de participação nessas atividades é significativamente superior, por exemplo, ao que foi apresentado em Curitiba e Florianópolis, conforme a pesquisa realizada por Moraes e Milanezi (2023). Por sua vez, as atividades mais voltadas para a política apresentaram baixa participação (ação de campanha eleitoral, manifestações/protestos ou passeatas de rua, abaixo-assinado). Segundo Grosselli e Mezzaroba (2011), parece haver entre os cidadãos uma desconexão entre suas ações e o modo como as coisas são decididas em relação ao Estado. Nesse sentido, se o público acredita que sua participação faz diferença nas decisões dos negócios públicos, ele buscará fazer mais intervenções; caso contrário, ele será desestimulado a participar.

A fim de verificar a relação entre a visão de que não adianta participar da política e o grau de participação nas atividades elencadas, foi feito o cruzamento dos dados. O que foi revelado a partir disso é que os estudantes que disseram ter participado de atividades políticas — convencionais e não convencionais — com exceção do abaixo-assinado, apresentaram maior discordância em relação à representação da ineficácia da participação política. O mesmo não é observado entre aqueles que participam/participaram de atividades de igreja e trabalhos

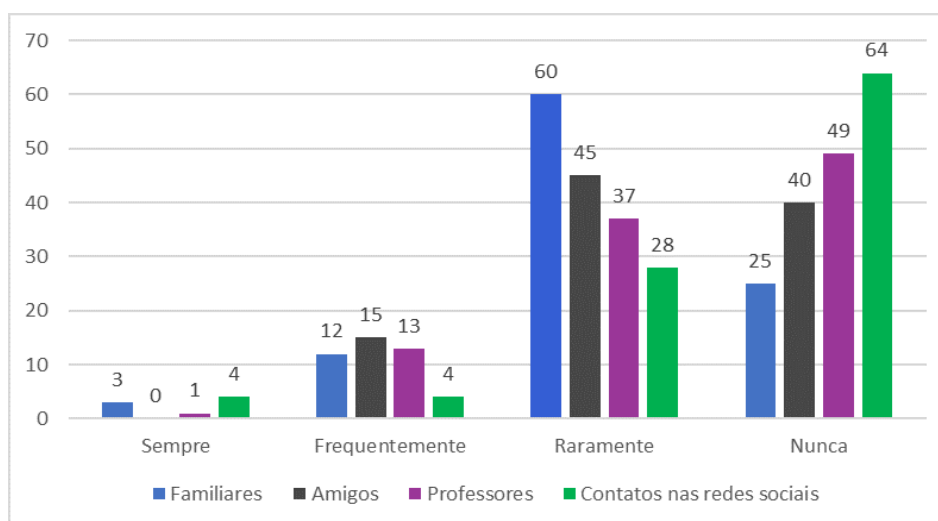
voluntários, dos quais 68% e 69%, respectivamente, disseram ter alguma concordância com a afirmação, o que é de 15 a 25% a mais do que aqueles que participaram de atividades políticas.

Outro indicador de participação utilizado foi se os estudantes possuíam o título de eleitor e quantos deles haviam ido votar nas eleições municipais do dia 6 de outubro. O resultado foi que apenas 22,4% tinham o título de eleitor. Dentre esses, o percentual dos que foram votar é de 82,4%, um grau de comparecimento um pouco acima do que foi apresentado pelos eleitores de todo o Brasil (78,3%).

Até o presente momento, foram trabalhadas as variáveis que dizem respeito ao interesse, sentimentos e vivências políticas e sociais dos estudantes. Todas essas variáveis são impactadas por outro processo que constitui as atitudes e o comportamento político dos indivíduos: a socialização política, que ocorre, sobretudo, através dos chamados agentes socializadores (Morais e Bernardi, 2021). Esses agentes desempenham, de certa forma, o mesmo papel em distintas configurações de cultura política, “entretanto, cada cultura política apresenta sua própria dinâmica de transmissão de valores políticos, dependendo de sua evolução histórica e do grau de desenvolvimento político” (Baquero e Baquero, 2014).

A socialização política ocorre, em primeiro lugar, através da família e daquilo que é repassado em termos de valores, atitudes e representações; mas, conforme o indivíduo se desenvolve, outros meios começam a ganhar espaço, como a escola e a mídia, conforme apontado nos capítulos anteriores. Por essa razão, foram utilizadas duas variáveis principais para avaliar a socialização dos estudantes: com que frequência conversam sobre assuntos políticos e qual a principal fonte para se informar politicamente.

Gráfico 5 - “Com que frequência você conversa sobre assuntos políticos com...” (%)

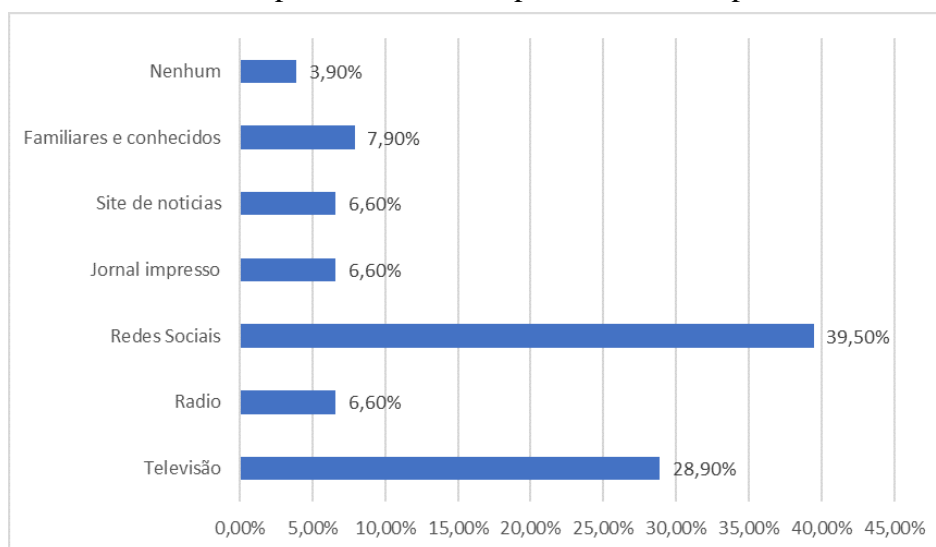


Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

Ao que indica o gráfico 5, os adolescentes pouco conversam sobre assuntos políticos em geral, independentemente do agente socializador. Esse é um dado preocupante, pois significa que os estudantes não são estimulados a pensar e refletir politicamente. Segundo Moraes e Benardi (2021, p. 372), “a falta de uma conversa frequente com os pais sobre assuntos políticos pode estar contribuindo para a manutenção do afastamento dos jovens da política e dos partidos políticos”. Em relação aos partidos políticos, cerca de 17% dos adolescentes entrevistados disseram ter identificação partidária.

A socialização política é, em certa medida, o ato de transmissão da cultura política; por essa razão, a atenção deve estar voltada para as fontes e os meios de comunicação pelos quais essas informações são transmitidas.

Gráfico 6 - Principal fonte utilizada para se informar politicamente.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

Os resultados indicam um relativo equilíbrio entre as fontes tradicionais de informação e os meios digitais de comunicação. Se considerarmos apenas as mídias tradicionais (TV, rádio e jornal impresso) e as digitais (redes sociais e sites de notícias), o que se verifica é que a “internet” é a principal fonte de informação política utilizada pelos adolescentes, com cerca de 46% utilizando redes sociais ou sites de notícias, contra 42% que utilizam as mídias tradicionais. Ao cruzar esses dados com as variáveis de interesse por política, o que foi encontrado é que 85,7% dos adolescentes que se dizem muito interessados utilizam meios digitais como principal fonte de informação política. Segundo Moraes e Baquero (2018, p. 46), “a mídia vem produzindo impacto significativo no discurso político, nas atitudes e no

comportamento político dos jovens, alterando sua percepção sobre a realidade política”. Apenas com esses dados não é possível afirmar que os adolescentes que fazem uso das mídias digitais para se informar politicamente são mais engajados; porém, é inegável o seu potencial de ação, participação e expressão política (Morais, Müller e Santos, 2021). Sobre a socialização digital dos adolescentes, Chiodi (2023, p. 62) afirma que “aqueles socializados por mídias digitais aparentam ser mais interessados por política”.

Os dados apresentados até o presente momento indicam que há uma cultura política entre os adolescentes permeada pela apatia política, manifestada por um baixo interesse e sentimentos e visões negativas em relação à política, expressa em baixos níveis de participação, que também é um reflexo de uma socialização política débil, onde os agentes de socialização tradicionais perderam espaço para as mídias digitais. Para além das demais variáveis que atravessam e produzem singularidades na cultura política desse universo de estudantes do ensino médio, a falta de interesse e estímulo em participar de atividades políticas é apontada como uma das grandes dificuldades na construção de uma cultura política de caráter assertivo (Morais e Baquero, 2018).

Esse padrão de visão e comportamento em relação à política pode representar problemas para a consolidação da democracia a longo prazo, tendo em vista que “há um consenso de que, sem o envolvimento popular no processo de construção democrática, ela perde em legitimidade, mantendo simplesmente sua dimensão formal” (Baquero, 2008, p. 381). Todavia, ainda falta uma lacuna a ser preenchida pela presente pesquisa, que é uma das peças centrais na sustentação da legitimidade de uma democracia: o grau de confiança dos adolescentes nas instituições democráticas e seus atores.

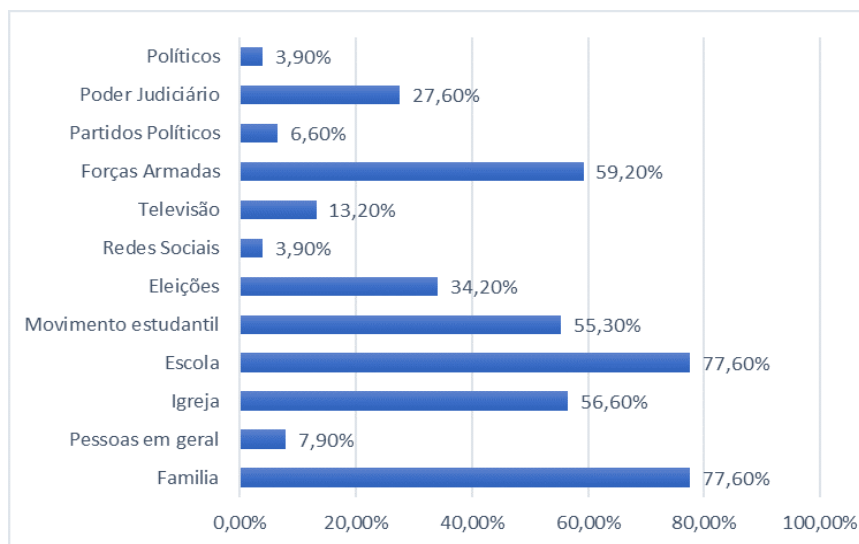
5.1 A (DES) CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES E A ADESÃO À DEMOCRACIA

As democracias modernas concederam um papel central às instituições, definindo-as como um meio pelo qual os indivíduos podem efetivar suas aspirações e interesses (Moisés e Carneiro, 2008). Assim, a saúde de uma democracia depende, em grande medida, da adesão e confiança por parte da sociedade em suas instituições. Quanto menor for a confiança nas instituições e seus atores, mais frágil se torna o regime democrático, uma vez que, entre outras coisas, isso torna-se um terreno fértil para o surgimento de líderes carismáticos, que, por sua vez, corroboram a descredibilização das mesmas instituições (Baquero, 2001).

Assim, nesta seção, serão explorados os indicadores de confiança institucional e interpessoal, bem como a adesão à democracia e a visão sobre os políticos. Os indicadores serão cruzados com as variáveis de cultura política apresentadas no item anterior, e aqueles que apresentarem peculiaridades nos resultados serão utilizados na análise.

A descrença nas instituições é verificada em diversas pesquisas no Brasil (Moisés e Carneiro, 2008) (Moisés e Meneguello, 2006; IDDC - INCT, 2022), uma desconfiança que parece constituir um dos pilares da cultura política no país, sobretudo entre os mais jovens (Morais e Milanezi, 2023). A partir disso, foram elencadas no questionário uma série de instituições e autoridades para que os adolescentes indicassem o nível de confiança em cada uma.

Gráfico 7 - Confiança institucional e interpessoal (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

As instituições que possuem maior grau de confiança são aquelas consideradas entre as principais agências socializadoras, isto é, a família e a escola. É interessante pontuar que, ao mesmo tempo em que os adolescentes possuem alta confiança nessas instituições, pouco conversam sobre assuntos políticos com familiares e professores, o que indica, também, um capital social negativo. Além disso, outra instituição socializadora que apresenta um percentual significativo de confiança é a igreja, na qual 56,6% dos estudantes disseram ter muita confiança. A igreja e a religião, em si, são uma importante forma de socialização, tendo em vista seu caráter comunitário e associativo (Nazzari, 2003), que se manifesta, dentro desse contexto, por exemplo, quando 68% daqueles que disseram confiar muito na igreja já participaram de atividades da mesma.

As mídias, por sua vez, apresentaram um baixíssimo grau de confiança, sendo que as redes sociais, entre todas as opções, são as que possuem menor credibilidade entre os adolescentes, com apenas 3,6%. Ao mesmo tempo em que a TV e as redes sociais aparecem com percentuais reduzidos de confiabilidade, elas são as principais fontes utilizadas pelos estudantes para se informarem politicamente. Portanto, de maneira inversa ao que ocorre com a família e a escola, a mídia aparece como uma instituição de socialização de baixa confiabilidade, mas que exerce uma forte influência sobre os alunos ao nutrir informações políticas.

O grande problema está na análise da confiança nas instituições democráticas e seus atores. Conforme pode-se observar no gráfico 7, a instituição que possui o maior grau de confiança são as Forças Armadas, com 59,20%. O Brasil possui um longo histórico de intervenções militares na ordem institucional, com tentativas e consolidações de golpes de Estado e consequentes ditaduras, movimentos que impactaram significativamente a cultura política no país. Nazzari (2003) aponta que a cultura política brasileira possui características autoritárias, que foram incorporadas e fortalecidas durante o período da ditadura militar. O índice de confiança nas Forças Armadas dos adolescentes do ensino médio da escola analisada é significativamente superior aos encontrados por Moraes e Milanezi (2003) em Curitiba e Florianópolis, que tiveram apenas 27,7% e 24,8%, respectivamente. Isso pode ser explicado, em parte, pela alta presença dos militares no município de São Borja, que é sede do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizado (2º RC Mec) e da 1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada do Exército Brasileiro (1º RC Mec), além de abrigar a Coudelaria de Rincão, destinada à produção de equinos para o Exército Brasileiro.

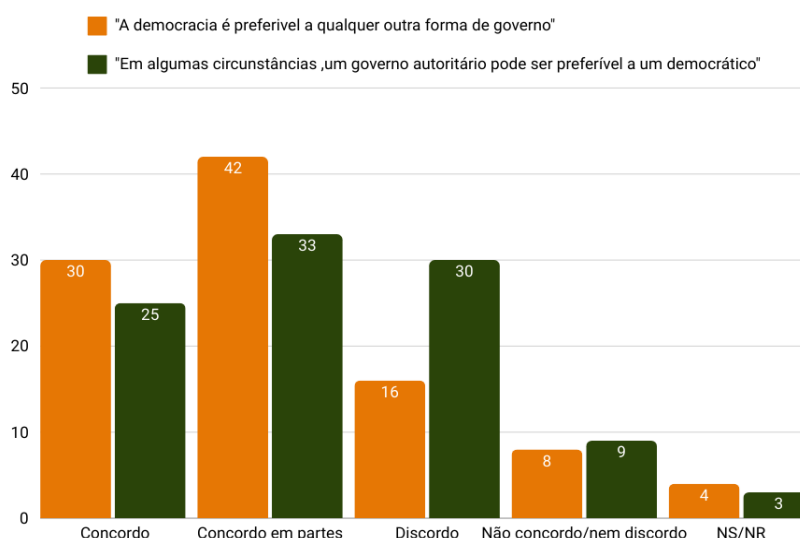
A crise de representatividade se explicita quando analisamos o grau de confiança nos políticos e nos partidos. Apenas 3,9% disseram ter confiança nos políticos, demonstrando que os adolescentes não confiam naqueles que foram eleitos para representá-los. Segundo Baquero e Vasconcelos (2013), as pessoas precisam acreditar que suas demandas serão ouvidas e levadas em consideração pelos representantes políticos, e que essas se transformem em políticas públicas que satisfaçam essas reivindicações. Os sucessivos escândalos de corrupção e a cobertura midiática contribuem para essa baixa confiança. Isso se verifica, em parte, quando 73,6% dos estudantes entrevistados indicam ter alguma concordância com a afirmação “Todos os políticos são corruptos”.

A questão da representatividade se agrava ainda mais quando os partidos políticos, que servem como intermediários entre o Estado e a sociedade, apresentam uma baixíssima confiança. Apenas 6,6% dos entrevistados disseram ter muita confiança nos partidos, e 39,5%

indicaram uma desconfiança absoluta (descontando o índice de “confia pouco”). Entre todas as instituições, foram os partidos políticos que apresentaram o maior índice de desconfiança absoluta. Segundo Baquero e Vasconcelos (2013), os partidos não representam efetivamente a sociedade, mas tendem a desenvolver relações de favorecimento privatista, que muitas vezes levam a casos de corrupção, gerando descrédito por parte da sociedade. Isso compromete a estabilidade democrática, “porque as pessoas não as veem como mediadoras legítimas de suas demandas” (Baquero e Vasconcelos, 2013, p. 7).

O problema se intensifica na medida em que observamos que o principal processo de escolha dos representantes políticos no regime democrático, as eleições, possui um baixo grau de confiança. Conforme o gráfico 7 aponta, apenas 34,2% dos estudantes disseram confiar nas eleições, ou seja, praticamente apenas um terço dos entrevistados. Aliado a isso, cerca de 40% dos alunos afirmaram ser contrários ao voto obrigatório, indicando uma baixa adesão aos processos eleitorais. Relativo a essas questões, outra variável de grande importância na compreensão da (des)consolidação democrática é o nível de adesão à democracia. Foram feitas duas afirmações e pedido para que os alunos respondessem quanto ao seu grau de concordância em relação a elas. O que se observa é um padrão de pensamento contraditório, uma vez que, ao mesmo tempo em que concordam que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, acreditam que, em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático.

Gráfico 8 - “Você concorda ou discorda” (%)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados obtidos através do questionário aplicado.

Conforme podemos observar, os adolescentes que possuem alguma concordância com a afirmação de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo - ainda que mais da metade tenha alguma dúvida - representam 72% da população analisada. Conforme apontam González e Chiodi (2023), essa dúvida é preocupante na medida em que indica uma perda de confiança nas instituições democráticas (já verificada nesta pesquisa) e no sistema político como um todo. Por sua vez, a preferência por um governo autoritário em detrimento de um governo democrático, em algumas circunstâncias, alcança 58% dos alunos. Menos de um terço dos adolescentes discordam dessa afirmação, demonstrando valores democráticos frágeis e uma tendência de apoio a líderes autoritários, o que coloca em risco a consolidação e a continuidade da democracia a longo prazo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como os adolescentes pensam, se manifestam e participam politicamente é de suma importância na medida em que são eles quem ocuparão as posições de poder no futuro e ditarão os rumos da nossa sociedade. Tendo em vista que a cultura política é, em grande parte, repassada intergeracionalmente, os valores políticos que os adolescentes carregam hoje são um legado das gerações passadas e serão transmitidos às próximas gerações. Como afirma Baquero (2001, p. 102), “a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais”.

Ainda que o estudo se concentre em uma população específica, dentro de um contexto socioeconômico e cultural único, evidenciar os valores políticos dessa parcela da população significa entrar em contato com instâncias que vão além desse grupo. Esses valores são transmitidos por diversos agentes socializadores, e, por essa razão, identificar esses princípios entre os adolescentes — que são os mais impactados por esses agentes — ultrapassa o próprio objeto de estudo, dialogando também com a cultura política do município, do estado e do país.

O que foi revelado por este estudo confirma, em grande parte, o que a literatura científica já debate há muito tempo: os adolescentes possuem uma cultura política desinteressada, apática e distante da política. Ao aplicar os questionários, ficou evidente a falta de conhecimento deles sobre política. Uma parcela significativa não sabia o que significavam "democracia", "poder judiciário" e "regime autoritário". Esse fator não diminui os resultados; muito pelo contrário, evidencia um desconhecimento preocupante de conceitos básicos para o entendimento do sistema político.

Por essa razão, muitos dos resultados se mostraram contraditórios. Como é possível haver um reconhecimento de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo e, ao mesmo tempo, considerar que, dependendo das circunstâncias, um governo autoritário pode ser a melhor opção? A resposta pode estar no próprio desconhecimento que esses adolescentes têm sobre a democracia, suas instituições, os atores políticos e a importância desses elementos na organização da vida em sociedade. Esse apoio à democracia pode estar muito mais relacionado a uma representação social, fruto de um discurso veiculado pelas mídias de forma abstrata, que, longe de politizar e incitar o senso crítico, parece apenas reforçar a ideia de democracia como algo positivo, mas sem explicar a fundo as razões disso. Isso resulta na ausência de um capital social positivo e resistente.

A perda de confiança nas eleições, aliada à baixa credibilidade das principais instituições democráticas, leva-nos a refletir sobre o que Baquero (2003) argumentou ao ironizar o pensamento de parte da comunidade acadêmica, que acredita que a consolidação da democracia passa apenas pela sua capacidade de sobreviver a ataques à ordem institucional, enquanto as instituições vão perdendo sua legitimidade ao enfraquecer a confiança que lhes é depositada. Destaca-se um comentário feito por um aluno ao ser perguntado sobre a confiança nas eleições, que disse que não podia confiar nas eleições porque sabia que aconteciam muitas “falcatruas”, como a compra de votos. A falta de confiança nas eleições não se refere especificamente à fragilidade das urnas, como a narrativa da extrema direita convencionou afirmar, mas envolve um debate amplo sobre as relações clientelistas, já apontadas como um elemento central da cultura política brasileira (Baquero, 2001) (Nazzari, 2003).

O estudo evidenciou uma socialização política insuficiente em termos de estímulo ao diálogo sobre política, o que, conseqüentemente, se reflete no grau de interesse e na participação política. As principais instituições de socialização parecem não aproximar os adolescentes do debate político. Ao mesmo tempo, os adolescentes depositam uma grande confiança na família e na escola. Essa alta confiança nessas instituições leva a pensar no quão pouco os adolescentes conversam sobre assuntos políticos com familiares e professores, o que pode indicar que essas instituições de socialização, embora exerçam uma grande influência, não estimulam o pensamento político dos estudantes e, conseqüentemente, colaboram para a manutenção de uma cultura política apática, descrente e que desestimula o pensamento e a participação política.

Nesse contexto, as mídias acabam assumindo um papel central no processo de fomentar o debate político entre os adolescentes. Contudo, isso gera outra problemática: o uso das mídias digitais como instrumento de dominação política, através da disseminação de notícias falsas (Carvalho, 2020). A associação entre as mídias e as notícias falsas, sobretudo com relação às redes sociais, já faz parte de uma espécie de representação social que se traduz em uma baixa confiança dos adolescentes nessas instituições de socialização.

Dada a abrangência do tema explorado, inúmeros foram os resultados encontrados através do questionário aplicado aos adolescentes do ensino médio do Instituto Estadual Padre Francisco Garcia. Acredita-se que a base de dados construída permite que os resultados ultrapassem os objetivos iniciais, adentrando em outras problemáticas a serem exploradas mais a fundo futuramente. Compreende-se que o estudo ainda necessita de modificações e da inclusão de mais elementos que confirmem uma consistência ainda maior às hipóteses levantadas a partir dos resultados encontrados. Essas hipóteses poderão ser melhor exploradas a partir de um embasamento teórico sólido, que agregue não somente pesquisas realizadas em diferentes

contextos, mas que também traga elementos próprios da cultura política local, de seu desenvolvimento histórico ímpar e de sua territorialidade marcada pelas condicionantes de fronteira.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. IPEA -INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estação Juventude: conceitos fundamentais - ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas.** Secretaria Nacional da Juventude: Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 19 de abril de 2023.

BARBOSA, Paola; WAGNER, Adriana. **Como se define a autonomia?** O perfil discriminante em adolescentes gaúchos. *Temas em psicologia*, vol.23, n.4, dezembro, 2015, p. 1077 - 1090. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751493021.pdf>. Acesso em: 19 de abril 2023.

BAQUERO, Marcello. **Apresentação do Dossiê O impacto de crises políticas na cultura política juvenil e a democracia no Brasil.** Porto Alegre: *Revista Debates*, v.17, n.2, mai-ago 2023, p.09-24. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/135018/89575>. Acesso em: 15 de outubro 2024.

BAQUERO, Marcello; VASCONCELOS, Camila. **Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos apartidarismo no Brasil.** *In: V Congresso da Compolitica - GT Cultura Política, comportamento e opinião pública.* Curitiba: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política, 2013. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT06-Cultura-politica-comportamento-e-opiniao-publica-MarcelloBaquero.pdf>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

BAQUERO, Marcello; GONZÁLEZ, Rodrigo. **Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: Uma análise pós-eleições de 2014.** Campinas: *Opinião Pública*, v.22, n.3, dez. 2016, p.492-523. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9JLYTvn7FxzMrnWNdnDMpzj>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

BAQUERO, Marcello. **Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo.** *São Paulo em Perspectiva*, v.15, n.4, 2001, p. 98-104. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400011>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

BAQUERO, Marcello. **Cultura Política e processo eleitoral no Brasil: o que há de novo?** *Em debate: Belo Horizonte*, v.2, p.6-10, 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/3161/2010_baquero_cultura_politica_processo.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BAQUERO, Marcello. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil.** Campinas: *Opinião Pública*, v.14, n.2, nov. 2008, p.380-413. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/wBD95CrGznW94tsGgXQ4vgD/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 28 de novembro de 2024.

BAQUERO, Rute; BAQUERO, Marcello. **Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido.** Porto Alegre: *Revista Debates*, v.8, n.2, mai-ago, 2014, p.59-82.

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106640>. Acesso em: 26 de setembro de 2024.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. **Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira?**. In: Dossiê Juventude, política e participação. Belo Horizonte: Em Debate, v.5, n.8, nov. 2012, p.19-25. Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/files/2993804/EDnov12.pdf#page=19>. Acesso em: 09 de outubro.

BAQUERO, Marcello; LINHARES, Bianca. **Por que os brasileiros não confiam nos partidos?** Bases para compreender a cultura política (anti) partidária e possíveis saídas. In: Dossiê Capital social e comportamento eleitoral. Porto Alegre: Revista Debates, v.5, n.1, jan-jun. 2011, p. 89-114. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/20058>. Acesso em: 01 de dezembro de 2024.

BAQUERO, Marcelo; BAQUERO, Rute; MORAIS, Jennifer. **Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil**. Campinas: Educação e Sociedade, v.37, n.137, out-dez. 2016, p.989-1008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6FdqNHNfHnMPJfg7xzBZSys/?lang=pt>. Acesso em: 27 de outubro de 2024.

BELLONI, Maria. **Infância, Mídias e Educação:** revisando o conceito de socialização. Perspectiva, Florianópolis, vol. 25, n.1, p. 57- 82, Jan./Jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/1629>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de abril de 2023.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17 de abril de 2023.

BRASIL. Lei no 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT**, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dez. 1990a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 28 de abril de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. **Marco legal:** saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Editora do ministério da saúde, 2007. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em 17 de abril de 2023.

BRASIL, *et al.* **Participação política entre adolescentes em situação eleitoral de voto facultativo**. Psicologia Política, v.8, n.15, 2008, p.79-92. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328078920.pdf>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

BRITO, Murillo. **Introdução a amostragem.** In: ABDAL, Alexandre et al (org). Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo. São Paulo: CEBRAP - SESC, 2016, p.32-51. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf. Acesso em: 03 de setembro de 2024.

CARVALHO, Lucas. **A democracia frustrada: fake news, política e liberdade de expressão nas redes sociais.** Internet e Sociedade, v.1, n.1, fev. 2020, p. 172-199. Disponível em: https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2020/02/ilab.01.revista01_0214-B-arrastado-2.pdf. Acesso em: 05 de dezembro de 2024.

CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla. IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil.** Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República: Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2023.

CASTRO, Lucia. **Juventude e socialização política: atualizando o debate.** Brasília: Psicologia: Teoria e Política, v.25, n.4, out-dez. 2009, p.479-487. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/nLMbYqkTGwGdc9JRMbs7BfH/> . Acesso em: 12 de julho de 2023.

CASTRO, Lúcia. **Participação Política e Juventude: Do Mal-Estar à Responsabilização Frente ao Destino Comum.** Revista de Sociologia e Política; Curitiba, V. 16, No 30: 253-268 JUN. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/BV6fYy8ghNMjyyMh7Q9VSwN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 de julho de 2023.

CHIODI, Alexsander. **Jovens, redes sociais e política: o impacto das mídias digitais como agentes de socialização dos estudantes de escolas pública em Porto Alegre.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de graduação em Ciências Sociais, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/221899> . Acesso em: 27 de novembro de 2024.

CUNHA, Patrícia; ROCHA, Camila. **O alistamento eleitoral juvenil: reflexões sobre comportamento político e comportamento eleitoral da juventude no Rio Grande do Sul/Brasil.** Porto alegre: Revista Debates, v.8, n.2, mai-ago.2024, p.39-58. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/49504>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

FERREIRA, Teresa; FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges. **Adolescência através dos séculos.** Psicologia: teoria e pesquisa; São Paulo, vol.26, n.2, p. 227-234, abr./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

FUKS, Mário. **Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos meios de socialização sobre o perfil político dos jovens.** Opinião Pública, Campinas, v.18, n.1, jun. 2012, p.88-108. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/op/a/mDcD6vBfK7Dzh9HghGxW4JF/?lang=pt>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

FUKS, Mário. **Efeitos diretos, indiretos e tardios:** trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. São Paulo: Lua Nova, v.83, 2011, p.145-178. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/Q6Vy5D5tWxgbzTszpRx6gLv/>. Acesso em: 17 de novembro de 2024.

GIL, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Editora atlas S.A, 2008.

GONZÁLEZ, Rodrigo; CHIODI, Alexander. **Socialização e trauma:** efeitos da pandemia sobre opiniões e atitudes de jovens de Curitiba. *In:* Dossiê O impacto de crises políticas na cultura política juvenil e a democracia no Brasil. Porto Alegre: Revista Debates, v.17, n.2, maio 2023, p.25-49. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/134069/89578>. Acesso em: 18 de novembro de 2024.

GROSSELLI, Grasiela; ORIDES, Mezzaroba. **A participação política e suas implicações para a construção de uma cidadania plena e de uma cultura política democrática.** *In:* Encontro nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), XX, 2011, Belo Horizonte. Anais do evento. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/grosselli_7.pdf. Acesso em: 19 de novembro.

LIMA, Márcia. **Introdução aos métodos quantitativos em ciências sociais.** *In:* ABDAL, Alexandre et al (org). Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco quantitativo. São Paulo: CEBRAP - SESC, 2016, p.10-31. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2017_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf. Acesso em: 09 de agosto de 2024.

MANZATO, Antonio; SANTOS, Adriana. **A elaboração de questionário na pesquisa quantitativa.** São Paulo: Departamento de Ciência de Computação e Estatística, UNESP, 2012. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

MOISÉS, José. **A desconfiança nas instituições democráticas.** Campinas: Opinião Pública, v.11, n.1, marc. 2005, p.33-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/xymhYmLZdKYkpmDbwqzj44S/?lang=pt>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

MOISÉS, José. **Cidadania, confiança e instituições democráticas.** São Paulo: Lua nova, 2005, p.65-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/zL4LbDrCFSPXhN9ndtwrvtr/>. Acesso em: 23 de novembro de 2024.

MOISÉS, José. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.23, n.66, fev. 2008, p.11-43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/SwtcNzKgZLJYNQsbyy63VQt/?lang=pt>. Acesso em: 26 de novembro de 2024.

MOISÉS, José; CARNEIRO, Gabriela. **Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil**. Opinião Pública, Campinas, v.14, n.1, Jun. 2008, p. 1-42. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/fYT7WD7VkmLz4ZZ9cXZKtYc/?lang=pt> . Acesso em: 26 de novembro de 2024.

MORAIS, Jennifer; BAQUERO, Marcello. **A internet e a (des) politização dos jovens brasileiros**. Araraquara: Revista Cadernos de Campo, n.25, jul-dez. 2018, p.33-62. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11512>. Acesso em: 18 de outubro de 2024.

MORAIS, Jennifer; MILANEZI, Felipe. **Capital social, juventude e pandemia: os casos de Curitiba-PR e Florianópolis-SC**. In: Dossiê O impacto de crises políticas na cultura política juvenil e a democracia no Brasil. Porto Alegre: Revista Debates, v.17, n.2, mai-ago 2023, p.87-114. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/133803/89585>. Acesso: 22 de outubro de 2024.

MORAIS, Jennifer; MÜLLER, Matheus; SANTOS, Carol. **Cultura política dos jovens: análise comparativa da socialização política pela internet e pela TV**. Revista Parlamento e Sociedade, São Paulo, v.9, n.17, jul-dez. 2021, p.79-97. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/221>. Acesso em: 28 de dezembro de 2024.

MORAES, Raquel *et al.* **Socialização parental e valores: um estudo com adolescentes**. Psicologia: Reflexão e crítica, v.20, n.1, 2007, p. 167-177. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/XZzkBRH3SMCRYkws97gqzj/?lang=pt> . Acesso em: 16 de novembro de 2024.

MORAIS, Jennifer; BENARDI, Ana. **Socialização política e as redes familiares e sociais: o papel da internet na cultura política dos jovens no Sul do Brasil**. Análise Social, v.56, n.239, 2021, p.364-386. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27068579>. Acesso: 26 de novembro de 2024.

NAZZARI, Rosana. **Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível: https://www.lareferencia.info/vufind/Record/BR_466ca01fe8593f92781e9323bd4d4196. Acesso em: 12 de novembro de 2024.

OKADO, Lucas; RIBEIRO, Ednaldo; LAZARE, Danilo. **Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil**. Pro-proposições, v.29, n.1, jan-abr, 2018, p.276-295. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fJL9KkFrkPrVRkh7wd69sBh/?format=html&lang=pt> . Acesso em: 28 de setembro de 2024.

OKADO, Lucas; RIBEIRO, Ednaldo. **Condição juvenil e a participação política no Brasil**. Paraná Eleitoral: Revista brasileira de direito eleitoral e ciência política, v.4, n.1, 2015, p.53-78. Disponível em: <https://participacaopolitica.cfh.ufsc.br/files/2016/07/tre-pr-parana-eleitoral-2015-volume-4-revista-1-artigo-2-lucas-toshiaki-archangelo-okado.pdf> . Acesso em: 02 de setembro de 2024.

PASE, Hemerson. **Desenvolvimento e cultura política**. In: Circuito de debates acadêmicos, I, 2011, Brasília. Anais do evento. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area10/area10-artigo1.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

RENNÓ, Lúcio *et al.* **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil**: uma visão da cidadania. 1 ed. São Paulo: Intermeios, 2011. Disponível em: https://www.vanderbilt.edu/lapop/brazil/Brazil-Book-2010_Cover-and-Text_20Nov12.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

SANTOS, Marcus; BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. **Corrupção e cultura política juvenil no Sul do Brasil**. Revista Eletrônica Interações Sociais, v.2, n.1, jan-jun. 2018, p.101-120. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/8331>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

SILVA, Thayse. **Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1867/1/TOS14062016.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

TIC DOMICÍLIOS 2021 - **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil**. CETIC 2021- Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2021/individuos/C2A/expandido>. Acesso: 19 de abril de 2023.

WINNICOTT, Donald. O brincar e a Realidade. 1ed. Rio de Janeiro: Imago Editora LTDA, 1975.

ZORZI, Felipe. **Brasil, um sistema social diante do caos**: Socialização política desigual de estudantes brasileiros durante a pandemia de covid-19. In: Dossiê O impacto de crises políticas na cultura política juvenil e a democracia no Brasil. Porto Alegre: Revista Debates, v.17, n.2, mai-ago 2023, p.51-86. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/133610/89584>. Acesso em: 27 de dezembro de 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário cultura política Instituto Estadual Padre Francisco Garcia

10/12/24, 02:38

Questionário cultura política: Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.

Questionário cultura política: Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. F01. Qual ano você está cursando? *

Marcar apenas uma oval.

1. Primeiro ano

2. Segundo ano

3. Terceiro ano

2. F02. Qual é o seu turno? *

Marcar apenas uma oval.

1. Integral

2. Noturno

3. F03. Qual é o seu gênero? *

Marcar apenas uma oval.

1. Masculino

2. Feminino

4. Q01. Qual a sua idade? *

5. Eu vou citar algumas instituições e autoridades e gostaria que você me informasse qual é o seu grau de confiança em relação a elas. Em relação ao _____, você diria que...

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	1. Confia muito	2. Confia pouco	3. Não confia	4. NS/NR (NÃO LER)
Q02. Políticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q03. Poder Judiciário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q04. Partidos Políticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q05. Forças armadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q06. Televisão	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q07. Redes sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q08. Eleições	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q09. Movimento estudantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q10. Escola	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q11. Igreja	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q12. Pessoas em geral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q13. Família	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

6.

*

Agora vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda...

Marcar apenas uma oval por linha.

	1. Concordo	2. Concordo em parte	3. Discordo	4. Nem concordo/nem discordo	5. NS/NR (NÃO LER)
Q14. Todos os políticos são corruptos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q15. Não adianta participar da política, pois nada nunca muda	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

7. Você concorda ou discorda? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1. Concorda	2. Concorda em parte	3. Discorda	4. Nem concorda/nem discorda	5. NS/NR (NÃO LER)
Q16. A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q.17 Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. Agora vou ler algumas formas de participação política e social e gostaria que você me dissesse se você já participou ou participa de cada uma delas. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1. Participa/Participou	2. Não participa/ não participou	3. NS/NR (NÃO LER)
Q18. Grêmios estudantis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q19. Trabalho voluntário	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q20. Atividades da sua igreja	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q21. Abaixo assinado	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q22. Ação de campanha eleitoral	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q23. Manifestação/protestos e passeatas de rua	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. Q24. Quanto você se interessa por política? *

Marcar apenas uma oval.

1. Muito
2. Pouco
3. Nenhum interesse
4. NS/NR (NÃO LER)

10. Q25. Como você se sente em relação a política? *

Marcar apenas uma oval.

- 1. Alienado
- 2. Indiferente
- 3. Desiludido
- 4. Interessado
- 5. Participativo
- 6. Isolado
- 7. Outro
- 8. NS/NR (NÃO LER)

11. Qual sentimento? (PARA QUEM RESPONDEU "OUTRO" NA ANTERIOR)

12. Q26. Você possui título de eleitor? *

Marcar apenas uma oval.

- 1. Sim (RESPONDER A Q26)
- 2. Não (PULAR A PRÓXIMA QUESTÃO)

13. Q27. (SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU "SIM" NA ANTERIOR). Você votou na eleição municipal de 06 de outubro?

Marcar apenas uma oval.

- 1. Sim
- 2. Não

14. Q28. Qual sua opinião sobre o voto obrigatório? *

Marcar apenas uma oval.

1. Favorável
2. Contrário
3. NS/NR (NÃO LER)

15. Q29. Qual é a sua principal fonte para informar-se politicamente? *

Marcar apenas uma oval.

1. Televisão
2. Rádio
3. Redes Sociais (RESPONDER A PERGUNTA Q29)
4. Jornal impresso
5. Site de notícias
6. Familiares e conhecidos
7. Outros. Qual? (ANOTAR NA PROXIMA QUESTÃO)
8. Nenhum
9. NS/NR (NÃO LER)

16. Qual outra? (SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU "OUTRO" NA ANTERIOR)

17. Q30. (SOMENTE PARA QUEM RESPONDEU "REDES SOCIAIS" NA Q28).
Qual é a principal rede social que você utiliza para informar-se politicamente?

Marcar apenas uma oval.

1. Facebook
2. Instagram
3. Twitter/X
4. Youtube
5. Tik Tok
6. WhatsApp
7. Outros. Qual? (ANOTAR NA PRÓXIMA QUESTÃO)
8. NS/NR (NÃO LER)

18. Qual outra?

19. Com que frequência você conversa sobre assuntos políticos com... *

Marcar apenas uma oval por linha.

	1. Sempre	2. Frequentemente	3. Raramente	4. Nunca	5. NS/NR(NÃO LER)
Q31. Familiares	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q32. Amigos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q33. Professores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Q34. Contatos nas redes sociais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20. Q35. Você se identifica com algum partido político? *

Marcar apenas uma oval.

1. Sim. Qual? (anotar na próxima pergunta)

2. Não

3. NS/NR (NÃO LER)

21. Qual partido?

22. Q36. Na política, normalmente falamos sobre "esquerda" e "direita". Em uma escala onde quanto mais próximo de 0 representa mais a esquerda e quanto mais próximo de 10 representa mais a direita, onde você se posicionaria? *

Marcar apenas uma oval.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

23. Q37. Algum dos seus responsáveis possui faculdade? *

Marcar apenas uma oval.

1. Sim

2. Não

3. NS/NR (NÃO LER)

24. Q38. Você possui alguma ocupação/trabalho? *

Marcar apenas uma oval.

1. Sim. Qual? (Anotar na próxima pergunta)

2. Não

3. NS/NR (NÃO LER)

25. Q39. Algum dos seus responsáveis recebe o bolsa familia? *

Marcar apenas uma oval.

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. NS/NR (NÃO LER)

26. Qual a ocupação/trabalho?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

10/12/24, 02:38

Questionário cultura política: Instituto Estadual Padre Francisco Garcia.